

**14ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
COAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.**

CNPJ nº 86.444.791/0001-64  
NIRE 42200073987

**CYAN Participações Ltda.**, pessoa jurídica sediada na Rua Augusto Severo, nº 348, Centro, Tubarão, SC, com CNPJ sob nº 04.855.170/0001-09, registrada na JUCESC em 26/12/2001 sob NIRE 42203097429, neste ato representada por seu administrador Elidio Tadeu Bongioiolo, brasileiro, casado sob o regime de participação final nos aquestos, industrial, nascido em 03/02/1959, portador da Cédula de Identidade nº 5/R 369.254, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF sob o nº 342.210.269-87, residente e domiciliado na Rua Antonina Burigo Corbeta, nº 467, apto. 501, Vila Moema, Tubarão, SC, CEP 88705-030; e **Eleine Cesconeto Coan**, brasileira, viúva, comerciante, RG nº 5/R-105.891, expedida pela SSP/SC, CPF nº 494.658.999-68, residente e domiciliada à Av. Marcolino Martins Cabral, nº 348, Centro Tubarão, SC; não incurso em crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, e sócios da sociedade empresária **Coan Indústria Gráfica Ltda.**, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 300, bairro Revoredo, Tubarão, SC, CEP 88.704-700, inscrita no CNPJ nº 86.444.791/0001-64, registrada na JUCESC sob NIRE 42200073987; resolvem alterar seu contrato social e re-ratificar a 13ª alteração contratual registrada na Jucesc em 23 de dezembro de 2008 sob o nº 20083095853, pelas disposições que a seguir constam:

**1** – Os sócios resolvem incluir no contrato social o nome fantasia de **Coan Gráfica** para que a Sociedade possa atuar em sua atividade também sob esta denominação, incluindo, assim, o parágrafo único à Cláusula 1ª do contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo Único. A sociedade utilizara, em sua atividade, o nome fantasia de COAN GRÁFICA.”*



**2** – Os sócios, também, re-ratificam a 13ª alteração do contrato social para que conste, como endereço da sede da Sociedade a Av. Tancredo Neves, nº 300, bairro Revoredo, Tubarão, SC, CEP 88704-700, sendo a redação da Cláusula 4ª do Contrato Social a seguinte:

*“Cláusula 4ª. A sede da sociedade funcionará na Av. Tancredo Neves, nº 300, bairro Revoredo, Tubarão, SC, CEP 88.704-700.”*

**3** – Os sócios, também re-ratificam a 13ª alteração do contrato social quanto ao objeto da Sociedade, vigorando a Cláusula 2ª com a seguinte redação:

*“Cláusula 2ª. O objeto da sociedade é a exploração do ramo de indústria gráfica, editora, prestação de serviços gráficos, e terá como atividade preponderante a edição de livros, jornais e periódicos, bem como a confecção de impressos em geral, representações comerciais, exportação e importação. Faculta, contudo, às partes, estipularem o contrário em alteração contratual.”*

**3** – Diante das alterações e re-ratificações proferidas, resolvem consolidar o contrato social conforme segue:



## COAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.

(consolidação do contrato social conforme a 14ª alteração do Contrato Social)

CNPJ nº 86.444.791/0001-64

NIRE 42200073987

**CYAN Participações Ltda.**, pessoa jurídica sediada na Rua Augusto Severo, nº 348, Centro, Tubarão, SC, com CNPJ sob nº 04.855.170/0001-09, registrada na JUCESC em 26/12/2001 sob NIRE 42203097429, neste ato representada por seu administrador Elidio Tadeu Bongioiolo, brasileiro, casado sob o regime de participação final nos aquestos, industrial, nascido em 03/02/1959, portador da Cédula de Identidade nº 5/R 369.254, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF sob o nº 342.210.269-87, residente e domiciliado na Rua Antonina Burigo Corbeta, nº 467, apto. 501, Vila Moema, Tubarão, SC, CEP 88705-030; e **Eleine Cesconeto Coan**, brasileira, viúva, comerciante, RG nº 5/R-105.891, expedida pela SSP/SC, CPF nº 494.658.999-68, residente e domiciliada à Av. Marcolino Martins Cabral, nº 348, Centro Tubarão, SC; não incurso em crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, e sócios da sociedade empresária **Coan Indústria Gráfica Ltda.**, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 300, bairro Revoredo, Tubarão, SC, CEP 88704-700, inscrita no CNPJ nº 86.444.791/0001-64, registrada na JUCESC sob NIRE 42200073987; consolidam o Contrato Social conforme a 14ª alteração contratual:

### DO OBJETO DO CONTRATO

**Cláusula 1ª.** O presente instrumento tem como objeto a constituição de sociedade empresária limitada, que se estabelece sob a denominação de **Coan Indústria Gráfica Ltda.**

**Parágrafo Único.** A sociedade utilizara, em sua atividade, o nome fantasia de **COAN GRÁFICA**.

**Cláusula 2ª.** O objeto da sociedade é a exploração do ramo de indústria gráfica, editora, prestação de serviços gráficos, e terá como atividade preponderante a edição de livros, jornais e periódicos, bem como a confecção de impressos em geral, representações comerciais, exportação e importação. Faculta, contudo, às partes, estipularem o contrário em alteração contratual.

### PRAZO DE DURAÇÃO

**Cláusula 3ª.** A sociedade iniciou suas atividade em 16/12/1969 e tem seu prazo de duração indeterminado.

### SEDE

**Cláusula 4ª.** A sede da sociedade funcionará na Av. Tancredo Neves, nº 300, bairro Revoredo, Tubarão, SC, CEP 88704-700.





**Parágrafo Único.** Faculta aos sócios a abertura e/ou fechamento de filiais em toda extensão do território nacional, bem como realizar contratação e/ou dispensa de pessoal competente para a execução dos trabalhos.

## CAPITAL SOCIAL

**Cláusula 5ª.** O capital social da empresa, já integralizado em moeda corrente totaliza um valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). O referido valor se encontra dividido em 3.000.000 (três milhões de quotas) de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

**Cláusula 6ª.** As quotas são distribuídas da seguinte forma:

SÓCIO	Nº de Quotas Subscritas	% das Quotas	Valor em Reais
CYAN Participações Ltda.	2.999.700	99,99%	R\$ 2.999.700,00
Eleine Cesconeto Coan	300	0,01%	R\$ 300,00
TOTAL	3.000.000	100%	R\$ 3.000.000,00

## RESPONSABILIDADE

**Cláusula 7ª.** A responsabilidade de cada sócio é limitada à sua participação no capital social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do mesmo nos moldes do art. 1.052 do Código Civil.

## CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

**Cláusula 8ª.** Havendo interesse por parte de um dos sócios em transferir ou ceder total ou parcialmente suas quotas, o mesmo se compromete a oferecê-las primeiramente aos outros sócios, que exercerão seu direito de preferência.

**Cláusula 9ª.** O ato de oferecimento será feito por escrito, em carta com aviso de recebimento, contendo a identidade do cessionário, o número de quotas que pretende transmitir, o preço, e demais condições de cessão, e deverá ser respondido de forma inequívoca em 30 (trinta) dias após o recebimento da oferta.

**Cláusula 10ª.** Não havendo resposta ou não manifestando interesse, resta facultado ao sócio negociá-las com terceiros, sendo que estes passarão por aprovação prévia correspondente a, no mínimo, três quintos (3/5) do capital social, em reunião de sócios.

## RETIRADA

**Cláusula 11ª.** Em virtude dos investimentos, capital social, e estrutura da atual sociedade, e levando-se em consideração que retiradas de sócios poderão inviabilizar a continuidade da empresa, o sócio apenas poderá retirar-se da sociedade nos casos previstos no art. 1.077 do



Código Civil, ou seja, modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra.

*Parágrafo Primeiro.* Para legitimar o pedido de retirada, é necessário o comparecimento e dissidência, cumulativamente, nas reuniões de sócios que deliberarem sobre as hipóteses previstas.

*Cláusula 12ª.* Após o pedido tempestivo de retirada, a sociedade elaborará um balanço especial em até sessenta dias, que levantará a situação econômico-financeira da empresa.

## **DO BALANÇO ESPECIAL**

*Cláusula 13ª.* O balanço especial deverá ser sempre elaborado quando houver liquidação de cotas societárias, em qualquer modalidade, advinda de qualquer fato.

*Parágrafo Único.* Será também elaborado quando houver liquidação de quotas de sociedade empresária controladora, a fim de apurar o valor da participação acionária na presente sociedade.

*Cláusula 14ª.* O balanço especial levará em consideração as normas contábeis vigentes, com as adequações aqui trazidas.

*Cláusula 15ª.* No balanço especial a depreciação deverá se adequar ao valor de mercado do bem avaliado, independente das limitações contábeis de redução.

*Cláusula 16ª.* O valor de avaliação dos bens imóveis será aquele disposto no registro de imóveis ou escritura de transferência, corrigido monetariamente pelo INPC.

*Cláusula 17ª.* Os juros futuros de financiamentos deverão integrar conta especial do passivo, onde figurarão cumulados.

*Cláusula 18ª.* As demandas judiciais ou notificações administrativas que possam resultar em perda, serão avaliadas pelo departamento jurídico, e deverão ser contingenciadas, em conta do passivo, nas seguintes proporções: perda remota: contingenciamento de 25% do valor discutido; perda possível: contingenciamento de 50% do valor discutido; perda provável: contingenciamento de 100% do valor discutido.

*Cláusula 19ª.* As disposições desta seção aplicam-se também quando houver liquidação ou avaliação de quotas de sociedade controladora da presente sociedade, a fim de que a carteira de cotas e ações daquela seja corretamente avaliada, sendo o valor da carteira igual à participação da sociedade controladora no capital social da controlada, multiplicado pelo patrimônio líquido (com os ajustes desta seção) desta.

*Cláusula 20ª.* O resultado do patrimônio líquido será o valor utilizado para a liquidação de cotas, que deverá ser adimplido na forma da seção seguinte.





## LIQUIDAÇÃO DE QUOTAS

JUCESC

*Cláusula 21ª.* A liquidação de quotas ocorrerá nos casos previstos neste contrato ou dispostos em lei.

*Cláusula 22ª.* A liquidação das quotas remunerará seu beneficiário, que receberá o que lhe couber, segundo a proporção do capital social em relação ao patrimônio líquido do balanço especial levantado, em cento e oitenta (180) parcelas mensais, iguais e sucessivas, atualizadas na data do efetivo pagamento, pelo INPC, e em sua falta IPCA.

*Parágrafo Primeiro.* É vedada a utilização de qualquer outro critério para liquidação e apuração de haveres que não o patrimônio líquido do balanço especial.

*Parágrafo Segundo.* As parcelas poderão ser adimplidas ou amortizadas através de moeda corrente e/ou bens móveis e imóveis, os quais terão seu valor apurado segundo a estimativa de mercado, avaliados por três empresas idôneas.

*Parágrafo Terceiro.* Notificado da intenção de pagamento em bens móveis ou imóveis, bem como o valor de sua avaliação, o beneficiário terá até 5 dias para manifestar-se, por escrito, sobre a concordância ou não com os valores especificados nas avaliações, devidamente fundamentada, juntado perícia que contenha o valor que entenda correto, tudo sob pena de preclusão.

*Parágrafo Quarto.* Decorrido o prazo sem manifestação, os bens móveis deverão ser imediatamente retirados do local em que se encontram, sob custo do beneficiário, caso localizem-se no município de Tubarão, e sob custo da sociedade (transporte), caso localizem-se fora do município.

*Parágrafo Quinto.* Caso o beneficiário não retire os bens móveis no prazo acima estipulado, configurar-se-á a mora, sendo devida à sociedade o valor correspondente ao depósito, considerando-se o local, segurança, e espaço utilizados pelos referidos bens, valor este que poderá ser abatido, desde já, do montante devido ao beneficiário.

*Parágrafo Sexto.* Quando do recesso de sócio, os sócios remanescentes decidirão pela reposição do capital social, no seu valor original, ou pela sua diminuição, no valor correspondente às quotas do sócio retirante.

*Cláusula 23ª.* As parcelas pagas a título de liquidação de quotas não serão de nenhuma maneira majoradas ou acrescidas de acessórios, salvo correção monetária já prevista.

## ADMINISTRAÇÃO E ATOS DA DIRETORIA

*Cláusula 24.* A sociedade será administrada isoladamente por **Elidio Tadeu Bongioio**, brasileiro, separado judicialmente, industrial, nascido em 03/02/1959, RG nº 5/R – 369.254, expedida pela SSP/SC, CPF nº 342.210.269-87, residente e domiciliado na Rua Antonina Burigo Corbeta, nº 467, apto. 501, Vila Moema, Tubarão, SC, CEP 88705-030, que, por prazo



indeterminado, exercerá a qualidade de administrador, gerenciando todos os aspectos pertinentes a esta sociedade, judicial e extrajudicial.

*Parágrafo Primeiro.* É facultada aos sócios a designação de administradores não integrantes do quadro societário, os quais serão denominados “Diretores”, e serão eleitos através de deliberação social, respeitando-se o Código Civil e o Contrato Social/Estatuto da Controladora.

*Parágrafo Segundo.* Os excessos de administração poderão ser opostos a terceiros, como prescreve o art. 1.015, parágrafo único, do Código Civil.

*Cláusula 25ª.* As procurações em termos gerais só conferem poderes de administração, devendo, se gravarem de ônus a sociedade, conter poderes específicos para tanto e prazo determinado, salvo procurações *ad judicium*.

*Cláusula 26ª.* É vedada, salvo cláusula vigésima sétima, a contratação de parentes (cônjuge, consanguíneos ou afins) até terceiro grau dos sócios da presente sociedade, na função de empregados, colaboradores, prestadores de serviço, ou qualquer pessoa física ou jurídica que seja remunerada pela presente sociedade.

*Parágrafo Primeiro.* A vedação do parágrafo acima inclui as pessoas jurídicas que possuam sócios que se enquadrem no parentesco referido.

*Parágrafo Segundo.* A vedação estende-se ainda às sociedades coligadas, controladas, filiadas, subsidiárias, ou de simples participação, desde que a remuneração seja realizada por qualquer destas ou pela presente sociedade.

*Cláusula 27ª.* Sócios com participação societária superior a 30% do capital social, poderão indicar um único parente, em qualquer grau, desde que maior civilmente, para ingressar como funcionário ou colaborador na presente sociedade empresária ou naquelas em que possua maioria do capital social.

*Parágrafo Primeiro.* A remuneração do parente será compatível com as regras de mercado, segundo experiência, qualificação profissional acadêmica, entre outros, devendo o contratado ser avaliado anualmente, no final do exercício fiscal, por representantes do capital social.

*Parágrafo Segundo.* Caso representantes de mais de 60% do capital social entendam que o contratado está dificultando ou ponto em risco atividades da empresa contratante ou da presente sociedade, poderão decidir pela demissão/desligamento do contratado, desde que o ato seja fundamentado.

*Cláusula 28ª.* Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional,





contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

## PROIBIÇÕES

*Cláusula 29ª.* São expressamente vedados os atos de qualquer sócio, procurador, administrador, representante ou funcionário que envolvam a sociedade em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, obrigando-se também os sócios, a título pessoal, a não outorgar fianças ou avais, salvo estipulação escrita autorizada por 3/5 do capital social.

## BALANÇO E BALANCETES

*Cláusula 30ª.* No dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, os sócios procederão com a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

*Parágrafo Único.* A elaboração das demonstrações do *caput* não obstem a produção de outras com periodicidade inferior.

*Cláusula 31ª.* Depois de elaborado o balanço, serão contabilizados os lucros, que terão a aplicação que os cotistas, por maioria do capital, determinarem, o que não impede a distribuição parcial de lucros em cada mês. Havendo distribuição entre os sócios, será feita na proporção das cotas que cada um possuir, salvo convenção particular em contrário, previamente acordada.

*Parágrafo Único.* Os prejuízos que porventura se verificarem poderão ser mantidos em conta especial, para serem amortizados nos exercícios futuros.

## DISTRIBUIÇÃO

*Cláusula 32ª.* O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao término de cada ano, será levantado um balanço geral; os lucros líquidos terão a aplicação que os quotistas, por maioria, determinarem, o que não impede a distribuição parcial de lucros em cada mês.

*Parágrafo Único.* Havendo distribuição entre os sócios, poderá ser feita na proporção das quotas que cada um possuir ou não, dependendo de convenção particular.

## REUNIÕES DE SÓCIOS

*Cláusula 33ª.* Os sócios reunir-se-ão, no primeiro quadrimestre seguinte ao término do exercício social, a fim de tomar as contas do administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

*Parágrafo Único.* O administrador compromete-se a disponibilizar aos sócios que não exerçam a administração, os documentos necessários para as análises do *caput* desta cláusula.



IMPRESSO

*Cláusula 34ª.* As deliberações dos sócios acerca de assuntos extraordinários serão realizadas através de reunião de sócios.

## ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

*Cláusula 35ª.* As alterações contratuais serão elaboradas a qualquer tempo, devendo ser aprovadas por, no mínimo, 3/4 do capital social, e seguir todos os trâmites legais para sua validade. Após serem registradas na Junta Comercial competente, terão validade imediata entre os sócios e terceiros.

## RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE

*Cláusula 36ª.* Ocorrerá a extinção da sociedade nas hipóteses as quais as leis referentes à Sociedade Limitada, ou quando as partes assim decidirem.

*Cláusula 37ª.* Extinguindo-se a sociedade por ordem judicial ou encerrando suas atividades, os sócios se comprometem neste último caso a arquivar o distrato social na Junta Comercial competente.

*Cláusula 38ª.* Caso haja deliberação das partes na extinção da sociedade e conseqüente finalização da empresa, haverá a apuração dos haveres, dos créditos e débitos para que se faça posteriormente a partilha e a liquidação do que se fizer necessário.

*Cláusula 39ª.* Caso a maioria representativa de mais da metade do capital social entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade por justa causa, em reunião ou assembléia especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e seu direito de defesa.

*Parágrafo Único.* Excluído o sócio por decisão da maioria do capital social, a apuração de haveres será procedida conforme a retirada de sócios.

## DO FALECIMENTO

*Cláusula 40ª.* Em caso de falecimento de um dos sócios a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo aos sócios remanescentes determinar a elaboração de um balanço especial em até sessenta dias da data do ocorrido.

*Cláusula 41ª.* As quotas do sócio falecido liquidar-se-ão, salvo se os sócios correspondentes à totalidade do capital social remanescente aprovarem a possibilidade de substituição do sócio falecido.

*Cláusula 42ª.* Os herdeiros do sócio falecido têm trinta (30) trinta dias, após a data da elaboração do balanço especial, para manifestarem, por escrito, a sua vontade de serem integrados ou não na sociedade (caso preencham os requisitos supra) ou de receberem todos





os direitos e haveres apurados no balanço especial, os quais serão pagos na forma da liquidação de quotas prevista neste instrumento.

*Parágrafo Primeiro.* Falecendo ou sofrendo incapacidade administrador, e registrado o documento comprobatório junto à Junta Comercial da sede da empresa, o(s) administrador(es) da sociedade controladora(s) assumirá(ão) a administração da sociedade, até que nova reunião de sócios decida sobre indicação de novo administrador, reunião esta que deverá ser realizada em no máximo 90 (noventa) dias.

*Parágrafo Segundo.* Consideram-se documentos comprobatórios para os fins do parágrafo primeiro, o atestado de óbito, no falecimento; laudo assinado por dois especialistas e concordância dos potenciais herdeiros necessários, no caso de incapacidade; e decisão judicial, no caso de ausência de concordância dos mesmos.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

*Cláusula 43ª.* O presente contrato passa a vigorar entre as partes a partir da assinatura do mesmo.

*Cláusula 44ª.* Qualquer acordo escrito que contrarie o presente instrumento, assinado por representantes da totalidade do capital social, após a aprovação da presente, será válido entre os sócios signatários, independente de registro.

*Cláusula 45ª.* Para a solução de quaisquer controvérsias oriundas deste contrato as partes elegem o foro da comarca de Tubarão, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de mesma forma e teor, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tubarão, 23 de agosto de 2012.

  
**CYAN Participações Ltda.**  
Elidio Tadeu Bongioiolo

  
**Elaine Cesconeto Coan**



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/09/2012 SOB Nº: 20122917049  
Protocolo: 12/291704-9, DE 18/09/2012

Empresa: 42 2 0007398 7  
COAN INDUSTRIA GRAFICA LTDA



**BLASCO BORGES BARCELLOS**  
SECRETÁRIO GERAL